



Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos

Ayerbe, Luis Fernando (Coord.). *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos*.

Buenos Aires: Ediciones CRIES - Icaria Editorial, 2011, 271 págs.

A Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas e Sociais (CRIES), com apoio do Instituto de Estudos Econômicos Internacionais (IEEI), publicou dentro da Coleção Pensamento Próprio e, sob coordenação de Luis Fernando Ayerbe, *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos*. Composto por oito artigos de acadêmicos procedentes de universidades e centros de pesquisa da região em tela, o livro apresenta a trajetória da

inserção internacional de Cuba, desde a instauração do processo revolucionário de 1959, quando as opções se restringem ao país, passando pela crítica década de 1990, assinalada pelos efeitos do fim da Guerra Fria e, alcançando as particularidades dos anos 2000, em que as expectativas em torno da administração de Barack Obama (2009-), combinadas às novas configurações do contexto internacional, permitem ao país novas possibilidades de inserção. Para Ayerbe, “la inser-

ción internacional adquiere para Cuba un significado estratégico próximo a la sobrevivencia”.

O primeiro artigo, intitulado *Cuba —El cambio interno y la política norteamericana, en busca de la racionalidad perdida*, de autoria de Jorge Mario Sánchez Egozcue, se dedica às mudanças econômicas no país conduzidas por Raúl Castro e que constituíram o objeto temático do VI Congresso do Partido Comunista Cubano, realizado em abril de 2011. O ponto de partida para a análise do autor está representado pela visita do ex-presidente Jimmy Carter à Ilha, a segunda desde 2002. O período entre as duas viagens e que o autor denominou de “inércia” deve-se, segundo Sánchez Egozcue, à vigência e rigidez da Lei Helms Burton (1996) e à importância marginal que o tema ocupa na agenda norte-americana. O autor apresenta os principais condicionantes e componentes do reajuste econômico cubano e considera que, “no hay dudas de que es en este terreno donde se espera que realmente comiencen a verse transformaciones”. Na percepção do autor a continuidade do regime não provem da ameaça da política norte-americana, mas da prioridade que se deve atribuir aos proble-

mas domésticos. Nessa direção, o texto pontua a aprovação de medidas, como por exemplo, a promoção de pequenos setores privados, que apontam para uma reforma no sistema econômico cubano, sem descuidar, contudo, dos obstáculos internos, que se colocam como um desafio à descentralização da economia. O autor destaca o *Proyecto de Lineamientos para la Política Económica e Social*, documento publicado em 2010, como resposta à opinião pública frente às mudanças internas e externas adotadas por Cuba. A análise de Sánchez Egozcue nos permite concluir que as transformações internas pelas quais tem passado o país assumem um protagonismo maior que a política externa norte-americana. E, ainda que a melhora das relações com aquele país sejam consideradas relevantes, não se pode atribuir à elas o fator condicionante das reformas no interior da Ilha. A manutenção do isolamento reduz cada vez mais as possibilidades de os Estados Unidos exercerem alguma influência no curso do país. Para o autor, a questão mais relevante no tocante à agenda de mudanças, contudo, está relacionada à percepção do futuro, que deve estar associada às transformações implementadas na atualidade.

O segundo artigo, *Cuba en el nuevo sistema interamericano del siglo XXI*, de Jaime Preciado Coronado e Pablo Uc González, trata da inserção de Cuba no sistema interamericano à partir do governo de Raúl Castro (2006) e até o início do governo Barack Obama (2009). Os autores iniciam o artigo abordando a manutenção do bloqueio econômico (1962) como uma postura anacrônica na agenda da política externa norte-americana contemporânea, sobretudo no contexto do pós - Guerra Fria, no qual a estratégia parece se justificar ao corresponder mais aos interesses de política doméstica, ainda que mais adiante questionem o poder real do lobby cubano-estadunidense. Para os autores, o tema do bloqueio “se ha colocado para finales de la primera década del siglo XXI, en centro del debate sobre la reestructuración del orden hemisférico occidental”. O texto indica as mudanças conduzidas pelo novo governo cubano, como a adoção de medidas de abertura, os novos contornos diplomáticos, a abertura ao debate sobre Direitos Humanos, o convênio com a ALBA e os projetos exportados para a região que asseguram o prestígio moral da revolução. Destaca a normalização das relações do país com Costa Rica

e El Salvador, reforçando que os Estados Unidos permanecem sendo os únicos do hemisfério que não mantêm relações com Cuba. Os autores finalizam o artigo apontando o neoconservadorismo que permanece na política externa dos Estados Unidos para a região e a evidente necessidade de se pensar a reinserção de Cuba no sistema interamericano como condição para a integração autônoma da América Latina.

O terceiro artigo, *Las relaciones de Cuba con América Latina y El Caribe: Imperativos para consolidar la reinserción regional*, elaborado por Carlos Oliva Campos, se aproxima do anterior, pois se atem às relações interestatais entre Cuba e os países da América Latina. O autor aponta o debate sobre o tema cubano em foros como a V Cúpula das Américas e a Assembléia Geral da ONU. Para o autor, “podría dibujarse un mapa en el cual estuvieran girando alrededor de Cuba, três ejes con lógicas independientes”: América Latina e Caribe, Estados Unidos e o novo cenário hemisférico. No primeiro, resalta os desafios impostos pelo contexto do pós - Guerra Fria a inserção de Cuba na região, assinalado pelo projeto da Área de Livre Comércio das Améri-

cas (ALCA), seguido pela nova agenda hemisférica pós-11/9 e pelos projetos sul-americanos, UNASUL e Conselho de Defesa Sul-americano. Posteriormente, discute o tema cubano na agenda das relações América Latina/Caribe e Estados Unidos e os esforços para restabelecer relações econômico-comerciais com o hemisfério, sobretudo, pelo isolamento promovido pelos Estados Unidos na região. Na atualidade, se sobressaem as relações com o Canadá, Venezuela e Brasil, além de destacar a presença da China e da Rússia enquanto parceiros comerciais para a região. Por fim, a análise está voltada ao novo cenário sócio-político da América Latina, em que se percebem novas lideranças de esquerda, novas projeções regionais e globais, algumas tradicionais aliadas da Revolução Cubana, com destaque para Brasil e Venezuela. Nessa direção e, diante da nova reconfiguração do cenário sócio-político na região, o autor finaliza o texto considerando que o projeto de reinserção de Cuba se amplia e fortalece a América Latina em suas relações com os Estados Unidos.

O quarto artigo, *La percepción de Cuba y de América Latina por parte de Think Thanks de Estados Unidos en los gobiernos de*

George W. Bush y Barack Obama, escrito pelo compilador da obra, Luis Fernando Ayerbe, discorre acerca da inserção internacional de Cuba pela perspectiva de sete *Think Thanks* estadunidenses, com capacidade de interlocução nos governos George W. Bush e Barack Obama. São eles: American Enterprise Institute, Brookings Institution, Center for American Progress, Center for Strategic and International Studies, Heritage Foundation, Inter American Dialogue e Hand Corporation. Embora distintas as perspectivas, Ayerbe identifica três aspectos presentes em todas as análises: a evolução da situação econômica na região, o impacto dos governos de esquerda na relação Cuba/EUA e as implicações do reordenamento da agenda de segurança no pós-11/9 para a região. Numa primeira percepção de alguns *think thanks*, o autor aponta para um diagnóstico negativo da região, em que se colocam questões tais como a ameaça à democracia, a instabilidade e o aumento da criminalidade. Uma segunda percepção indica que, a irrelevância da América Latina, sobretudo no contexto dos atentados terroristas, se percebe num momento preocupante, que é o da emergência de lideranças de esquerda, em que se destacam Venezuela e Brasil. No entanto,

na percepção dos *think thanks*, no segundo governo Bush a questão é mais alarmante, em decorrência das relações Cuba-Venezuela, países considerados o “eixo do mal” na região e contexto em que se intensificam as pressões estadunidenses sobre a Ilha, com a Iniciativa para uma Cuba Livre. Duas outras percepções atentam para o tema no âmbito das eleições presidenciais, seguido pelas tendências no governo Obama, em que, no tocante à Cuba, o que se percebe, embora tenham sido flexibilizadas as restrições impostas, como viagens e envio de remessas, é a permanência do embargo e, em relação à região, a pouca atenção. Os casos de Honduras (2009) e Haiti (2010), ocasiões em que, conforme Ayerbe, prestar atenção à região se faz necessário, encerram o artigo. Na ótica do autor, os eventos condensam as abordagens sobre as relações com a região latino-americana apresentadas ao longo do texto: conservadora, moderada e compreensiva. E, conforme alguns estudos apresentados, conclui que: “(...) la invisibilidad del capítulo latinoamericano en las prioridades de la política externa de los Estados Unidos también representa para la región una oportunidad de ampliación de márgenes de autonomía”.

O quinto artigo, *La administración Obama y Cuba: De vuelta a la administración Clinton*, de Gary Prevost, traça um preciso retrospecto histórico da “tormentosa relación cincuentenaria entre el gobierno revolucionario de Cuba y los Estados Unidos”. Prevost considera que as raízes na maneira de ver a Ilha, remontam a Thomas Jefferson e James Monroe, para quem era necessário tê-la sob controle. Nessa perspectiva, o artigo destaca os períodos assinalados pela revolução e pelo pós —Guerra Fria, contexto em que as relações Estados Unidos— Cuba, passam a serem definidas por um conjunto de variáveis que se destacam ainda na atualidade: a situação interna cubana, as relações de poder no congresso estadunidense referentes ao tema, a internacionalização do bloqueio econômico, a resistência internacional frente à internacionalização do bloqueio, a atitude do executivo para as mudanças da política em relação a Cuba e a atitude dos diversos setores da sociedade norte-americana, que incluem interesses econômicos heterogêneos para aquele país. Em seguida, a política externa dos Estados Unidos para Cuba é enfatizada em três momentos pelo autor: os governos Clinton, Bush e Obama. O primeiro

caracteriza-se por uma política agressiva, em que se destacam as Leis Torricelli e Helms-Burton. Para o segundo, Cuba não constituía prioridade em sua agenda ao início do mandato, contudo, quando as relações com a Ilha pareciam florescer em decorrência do intercambio comercial entre alguns setores, Bush adotou uma postura mais dura, que incluem restrições de viagens e envio de remessas. Por fim, as expectativas em torno do governo Obama, em que a manutenção ao bloqueio permanece no centro da questão, embora algumas medidas tenham sido flexibilizadas. Para o autor, esta postura esta em harmonia com a herança de Clinton, de que aproximação resulta melhor que o isolamento para a queda do sistema cubano. Gary termina o artigo avaliando que, no século XXI e, desde o triunfo da Revolução, Cuba alcançou uma posição menos isolada no hemisfério, favorecida pela orientação esquerdista na região, além de elucidar fatores que podem contribuir para uma mudança efetiva.

O sexto artigo, *Cuba y Venezuela: "La génesis e el desarrollo de una utopía bilateral"*, produzido por Carlos A. Romero, está voltado ao impacto da Revolução Cubana para a América Latina,

mas, sobretudo, para as relações Cuba-Venezuela, em que Romero observa que: "está siempre presente el tema si la experiencia chavista está conduciendo al país a ser 'una nueva Cuba' o si desde una óptica contrária se va a permitir 'otra Cuba'". Nessa direção, o autor considera dois momentos, do apoio à revolução ao enfrentamento (1959-1999) e do afrontamento à revolução à aproximação (1999-2011), e em que ressalta as posições de Rómulo Betancourt e Hugo Chávez. No segundo, Romero identifica um novo capítulo nas relações entre os dois países à partir de 1998, quando as relações entre Venezuela e Cuba podem se dividir em duas etapas: 1999-2004 e 2004-2011, assinaladas, respectivamente, pela chegada de Hugo Chávez à presidência e, pelo contexto da criação da Aliança Bolivariana dos Povos na Nossa América (ALBA) e o Tratado de Comércio dos Povos (TCP). Além de destacar os aspectos político-ideológicos, estratégico e econômico-comerciais dessa relação, em que a Venezuela figura como o principal sócio-comercial de Cuba, para quem o país envia uma cota diária expressiva de petróleo e, em contraprestação, recebe serviços de saúde e apoio em missões sociais. Na percepção de Carlos Romero,

a aproximação sem precedentes nas relações entre os dois países, é importante para a compreensão da realidade venezuelana na atualidade.

O sétimo artigo, *La política exterior de Brasil hacia Cuba: Un análisis histórico desde el gobierno de José Sarney hasta los días actuales*, é de Marcos Alan Ferreira e apresenta a trajetória das relações Cuba – Brasil desde o reatamento diplomático, pós - regime militar, e até atualidade. De acordo com o autor, “como se esperaba, estuvo lejos de ser lineal, permeadas por crisis políticas y económicas que afectaron a ambos países, así como por características distintas de cada gobierno en Brasil”. No governo José Sarney (1985-1990), embora retomadas as relações, as expectativas são mínimas. O governo seguinte, de Fernando Collor de Mello (1990-1992), assinalado pelo *impeachment*, conta com a participação de Fidel Castro na Eco-92, a qual, de acordo com Ferreira, indica uma reorientação da política externa cubana no pós - Guerra Fria. Já o governo de Itamar Franco (1992-1994) representa um momento em que relações se convertem em um diálogo construtivo. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as relações com

Cuba alcançam, segundo Marcos Alan, um mal estar inédito desde o restabelecimento das relações diplomáticas e, embora tenha enfatizado a cooperação científica, realizou uma aproximação mais tímida nos acordos comerciais, o que nos permite identifica-la numa posição secundária de sua agenda diplomática. O último governo analisado é o de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), ocasião em que o autor aponta para a notoriedade da simpatia ideológica de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT), com Cuba e os irmãos Castro. Esta simpatia é reforçada pelo “compromisso construtivo”, termo cunhado pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que caracteriza a relação entre os dois países no período, em que se destaca o aumento do volume comercial e a expansão dos investimentos. Nas considerações finais, o artigo sublinha que compete a presidenta Dilma Rousseff e às futuras administrações, o desafio de avançar os êxitos alcançados.

Oitavo e último artigo, *Círculos concêntricos: La política exterior de Cuba em un mundo multipolar y el proceso de “actualización”*, redigido por Andrés Serbin, identifica na relação histórica conflituosa com os Estados

Unidos e nas particularidades da atualidade, a referência para a compreensão do atual sistema cubano. A análise do autor traz referências aos artigos anteriores e sinaliza na década de 90 um marco para a recomposição da política externa cubana, no sentido de promover a busca de novas formas de inserção internacional, sem descurar da persistência da hostilidade estadunidense. A busca por novos aliados constitui parte do objeto da análise de Serbin, que consiste nos: "nuevos desafíos que se presentan para mantener los principios originarios de la Revolución de 1959". O autor considera uma progressiva reinserção de Cuba em âmbito hemisférico, em que as relações com o Caribe constituem o início do processo, seguido pela intensificação das relações com a América Latina, mas, em especial, a América do Sul, contexto em que as relações com o México, o Brasil e a Venezuela são enfatizadas. Na percepção do autor, as relações desenvolvidas por Cuba devem ser percebidas num cenário de transformações do sistema internacional. No âmbito multilateral, destaca o apoio majoritário nas últimas Assembléias da Organização das Nações Unidas (ONU), condenando o embargo. Destaca ainda, em âmbito atlântico, as relações com o Canadá, a União

Européia e a Espanha, e, em âmbito global, as relações com a Rússia, a China e o Irã. Para o autor, a diversificação das relações exteriores cubanas são cruciais num mundo que avança para uma configuração multipolar, do mesmo modo, representam uma barganha na revisão das relações bilaterais com os Estados Unidos.

Para os estudiosos do tema, a obra é certamente um aparato precioso na revisão da literatura acerca da questão cubana na atualidade, oferecendo uma perspectiva histórica das relações com a América Latina e os Estados Unidos sob diferentes óticas, combinada a um panorama da inserção internacional de Cuba frente aos desafios hemisféricos no início do século XXI.

Priscila Morrone



Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos

Ayerbe, Luis Fernando (Coord.). *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos*.

Buenos Aires: Ediciones CRIES - Icaria Editorial, 2011, 271 págs.

Las relaciones entre los Estados Unidos y Cuba condensan los modos en que se han configurado las relaciones hemisféricas y las "imaginaciones geopolíticas" dominantes de América Latina. De los Estados Unidos sobre América Latina, de América Latina respecto de los Estados Unidos y de América latina consigo misma, en sus relaciones intra-regionales.

Esta hipótesis puede someterse a distintas verificaciones empíricas

a partir de la historia comparada; de lo que ha sido la historia de "las Américas" en los últimos 200 años, desde los orígenes del panamericanismo y el sistema interamericano hasta el complejo y dinámico entramado de organismos, organizaciones, grupos, instancias, mecanismos e iniciativas regionales, así como de la significación que ha tenido en ellos la experiencia de Cuba antes y después de la Revolución de 1959. Que ha tenido y que sigue teniendo en nuestros días.

Lo que encontramos en estas dinámicas de relacionamiento escapa o trasciende a los enfoques clásicos del realismo y el liberalismo en las relaciones internacionales: se puede entender de otros modos si apelamos al constructivismo.

La perspectiva constructivista nos dice que "la concepción que tiene un actor de sí mismo (de sus capacidades/intenciones, ideales/intereses) es producto de la diplomacia de otros. Que las ideas inter-subjetivas deben ser tenidas en cuenta junto con las fuerzas materiales. Que el pasado modela la manera en que los actores entienden el presente. Que los Estados no son actores unitarios, centralizados y coherentes sino estructuras construidas por las prácticas discursivas de individuos, líderes y grupos. Que la estructura de ideas y los actores se co-constituyen y co-determinan entre sí. Todo lo cual significa que sus intereses, orientaciones y prácticas de relacionamiento pueden re-definirse y cambiar, según los modos de inter-acción entre ellos.

¿De qué manera podrían redefinirse y cambiar las relaciones entre los EE.UU. y Cuba luego de cincuenta años de embargo norteamericano, qué factores

contribuirían a dicho cambio y qué impactos tendría éste sobre el proceso político y la realidad económica del pequeño-gran país del Caribe?

Sin proponerse como un estudio estrictamente histórico de las relaciones hemisféricas ni adscribir a un determinado enfoque teórico, este volumen sobre *Cuba, Estados Unidos y América latina frente a los desafíos hemisféricos* es un excelente "estado de la cuestión" para entender, en clave constructivista e interdisciplinaria, las transformaciones que se han ido produciendo en dichas relaciones, cómo fueron afectando a las políticas y actores nacionales y qué incidencia han tenido los factores internos sobre las orientaciones y comportamientos externos. Su resultado es al mismo tiempo un reflejo del impulso adquirido por el llamado "nuevo multilateralismo" latinoamericano en el contexto de un regionalismo pos-liberal o post-hegemónico, con nuevos centros de gravitación y escenarios emergentes.

El libro reúne a un colectivo de prestigiosos académicos de universidades y centros de investigación de Argentina, Brasil, Cuba, Estados Unidos, México y Venezuela provenientes de

distintas disciplinas: historiadores, politólogos, economistas y especialistas en relaciones internacionales. La presentación de Luis Fernando Ayerbe y sus ocho capítulos abordan la problemática desde sus distintas variables, focalizando en alguna de ellas o en su interrelación, incluyendo estudios de caso con temáticas o aspectos más específicos.

Jorge Mario Sánchez Egozcue, de la Universidad de La Habana, escribe sobre los cambios internos en Cuba y la política norteamericana, preguntándose por “la racionalidad perdida” en la relación bilateral. Analiza el programa de reformas llevado adelante por el gobierno de Raúl Castro, con la discusión y conclusiones del VI Congreso del PCC realizado en abril de 2011. Procesos que siguen su propia lógica autónoma respecto de los condicionamientos externos y las políticas de EE.UU. hacia la isla.

Del mismo modo, Jaime Preciado Coronado y Pablo Uc González, en “Cuba en el nuevo sistema interamericano del siglo XXI” y Carlos Oliva Campos, en “Las relaciones de Cuba con América Latina y el Caribe: imperativos para consolidar la reinserción regional”, abordan los cambios en el sistema político cubano a

partir del ascenso de Raúl Castro a la presidencia, coincidente con la llegada de Barack Obama al gobierno de los EE.UU., y las proyecciones de la política exterior de La Habana sobre el ámbito hemisférico, con nuevas potencias de proyección regional y global como Brasil y numerosos gobiernos con afinidades ideológicas hacia la revolución cubana o hacia el proceso cubano en clave “latinoamericanista”.

Dentro de las perspectivas orientadas al estudio de caso, Ayerbe analiza las percepciones sobre la evolución política de Cuba y de América Latina por parte de los principales ‘*think tanks*’ de EE.UU. y su influencia variable durante los gobiernos de George W. Bush y Obama. En las diferencias entre las perspectivas *conservadoras*, *moderadas* y *comprensivas* puede constatar la fuerte articulación entre intereses económicos y orientaciones ideológicas, además de la adscripción a una política gubernamental o la independencia respecto de ésta. La pérdida de relevancia del capítulo latinoamericano en las prioridades de la política exterior norteamericana, sostiene el autor, representa para la región una oportunidad de ampliación de márgenes de autonomía. Pero esta tendencia tiende a

reforzar, a su vez, las resistencias y prevenciones de los círculos influyentes en Washington.

Gary Prevost concentra su enfoque en la política de Estados Unidos hacia Cuba y las reacciones de este país en diferentes contextos históricos, para centrarse en un ejercicio de análisis comparado entre la política de la Administración Obama hacia la isla y la desplegada dos décadas atrás por la Administración Clinton. Se evidencia allí la dificultad de Washington para establecer “relaciones normales” con Cuba, no basadas en la subordinación. Como en los capítulos precedentes surge el interrogante acerca de la verdadera naturaleza de estos últimos 50 años de “anomalía” en las relaciones cubano-norteamericanas: ¿será, acaso, que tal situación de excepcionalidad —una “no-relación” que constituye un *modus vivendi* aceptado por ambas partes— no ha terminado por definir un patrón funcional de relacionamiento?

El libro incluye sendos capítulos sobre las relaciones de Cuba con Venezuela y con Brasil como ejemplos de dos tipos de relación estratégica especial. En el primer caso, Carlos Romero, cuenta “La génesis y el desarrollo de una

utopía bilateral” y coloca su foco sobre la significación de los vínculos entre Caracas y La Habana a partir de la llegada de Hugo Chávez y la “revolución bolivariana”. Marcos Alan Shakhzadeh Ferreira, por su parte, analiza la política exterior de Brasil hacia Cuba desde el gobierno de José Sarney hasta la actualidad, deteniéndose en las continuidades y especificidades que este vínculo adquiere con los gobiernos de Fernando Henrique Cardoso y sobre todo, de Lula da Silva.

Andrés Serbin cierra el volumen con un completo análisis de la política exterior cubana en el nuevo escenario internacional de estas últimas dos décadas, a la que define por su estrategia de “círculos concéntricos”. El tablero de ajedrez, la unilateralidad, el esquema subordinación-plegamiento/resistencia-balancing dominantes en el mundo bipolar de la confrontación Este-Oeste se transforma en un tablero de Go, con estrategias múltiples, escenarios cambiantes y esferas en movimiento en las escalas subregional, regional, atlántica y global.

Serbin destaca como una de las grandes realizaciones de la política exterior cubana reciente la capacidad para diversificar

sus relaciones y superar el aislamiento, manteniendo a su vez el margen de autonomía mientras buscó preservar los lineamientos fundamentales de su sistema político. Este objetivo, que marca una línea de continuidad histórica con el activismo internacional y la visión globalista de la política exterior cubana durante el último medio siglo, en un entorno internacional completamente diferente al que tuvo durante la Guerra Fría, se ve favorecido por un contexto regional y mundial en transición hacia la multipolaridad, colocando a Cuba en mejor posición para negociar con EE.UU. un cambio en las relaciones bilaterales.

Paradójicamente, la persistencia del embargo y la falta de cambios cualitativos en la política exterior norteamericana, tanto hacia Cuba como hacia la región, ha tenido, al final, un efecto reversible: la mayor insularidad de los EE.UU. y su menor incidencia en los procesos políticos latinoamericanos. Mientras tanto la salida del "socialismo real" representa para Cuba un desafío mayúsculo, el de desmontar estructuras rígidas y obsoletas para avanzar en una transición democrática y una reforma económica que siguen encontrando fuertes condicionamientos dentro y fuera de

la isla. Los comentarios finales del volumen completan este enriquecedor panorama sobre la re-inscripción de Cuba en el sistema interamericano; un sistema que ya poco tiene que ver con aquel del que fue excluida hace cincuenta años. Casi tan poco como la Cuba de aquel entonces.

Fabián Bosoer